

PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

À(ao) Pregoeiro(a)

PROCESSO Nº 00244.59/2025.COREN-PI - EDITAL 90.013/2025

COREM PI COMISSÃO DE LICITAÇÃO

EXIGÊNCIA INDEVIDA DE BALANÇO PATRIMONIAL PARA MEI – ITEM 11.2.1.21

Eu, **FRANCISCO ALYSON BRAZ CARDOSO**, portador da Carteira de Identidade nº **2.173.101**, e do CPF nº **965.886.913-00**, na qualidade de Representante Legal da empresa, inscrita no CNPJ: sob o nº **14.873.424/0001-75**, com sede na **CJ LAGOA AZUL, QUADRA B, CASA 04, BAIRRO MATADOURO, CEP:64.003-860, Teresina - Piauí** . vem, respeitosamente, apresentar a presente IMPUGNAÇÃO AO EDITAL, com fundamento na Lei Complementar 123/2006 e demais legislações aplicáveis, pelos motivos a seguir expostos.

1. DO ITEM IMPUGNADO

Ref.: Impugnação ao Edital – Item 11.2.1.21 – Qualificação Econômico-Financeira

O edital, em seu item 11.2.1.21, exige a apresentação do Balanço Patrimonial da empresa, como critério de qualificação econômico-financeira.

Contudo, tal exigência não se aplica ao Microempreendedor Individual (MEI), sendo, portanto, ilegal e restritiva à competitividade.

2. DA ILEGALIDADE DA EXIGÊNCIA – MEI É DISPENSADO DE BALANÇO PATRIMONIAL

A solicitação de balanço patrimonial contraria frontalmente o que estabelece a Lei Complementar 123/2006, que regula o regime das microempresas e especialmente dos MEIs.

Exigência viola o princípio da razoabilidade e da proporcionalidade

Fundamentos constitucionais:

Art. 37, caput, da Constituição



A Administração deve agir conforme a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Violação identificada:

Exigir documento que a lei dispensa ao MEI é prática desarrazoada, desproporcional e ineficiente, ressalta que exigências contábeis desnecessárias restringem o caráter competitivo e ferem o art. 3º da Lei 8.666/93.

O art. 18-A, § 1º da LC 123/2006 determina:

“O MEI está dispensado de escrituração contábil e de demonstrações contábeis.”

Portanto, o MEI não possui balanço patrimonial, pois não é obrigado a possuir contabilidade formal.

A exigência constante do edital cria barreira ilegal e fere e viola o princípio da competitividade.

O item impugnado viola:

Art. 3º da Lei 8.666/93

As licitações devem garantir ampla competitividade, sendo nulos os atos que restrinjam caráter competitivo sem justificativa.

Art. 5º da Lei 14.133/2021

Define os princípios da licitação, entre eles:

Competitividade, razoabilidade, proporcionalidade e busca da proposta mais vantajosa.

Impor balanço patrimonial a MEI, não é razoável, não é proporcional, restringe a participação, impede competição saudável.

Art. 3º da Lei 8.666/93 ou art. 5º da Lei 14.133/2021 – princípio da competitividade;

Artigos 1º, 3º e 47 da LC 123/2006 – tratamento favorecido às microempresas, EPP e MEI;

Art. 170, IX da Constituição Federal – incentivo às pequenas empresas.

Diversos tribunais e órgãos de controle (TCU, SEBRAE, AGU) já consolidaram o entendimento de que é vedado exigir de MEI qualquer documento que ele não é obrigado a possuir.

3. DA NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO DO EDITAL

Diante da ilegalidade, solicita-se:

A retificação do item 11.2.1.21 para dispensar a apresentação de balanço patrimonial para o MEI;

E a aceitação da Declaração Anual do Simples Nacional (DASN-SIMEI) ou da Certificação de Condição de MEI (CCMEI), documentos legalmente válidos.

Entendimento da AGU (Advocacia-Geral da União)

Pareceres da AGU reforçam:

MEI não é obrigado a apresentar balanço patrimonial;

Editais devem ser adequados à capacidade jurídica e contábil do MEI;

A Administração não pode exigir documento inexistente.

DA NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO DO EDITAL

Diante da ilegalidade, requer que:

O item 11.2.1.21 seja retificado, excluindo a exigência de balanço patrimonial para MEI;

Seja aceita Declaração Anual do Simples Nacional (DASN-SIMEI) ou Certificado de Condição de MEI (CCMEI) como comprovação válida.

4. DO PEDIDO

Diante do exposto, requer:

1. A retificação imediata do edital, excluindo-se a exigência do balanço patrimonial para MEI no item 11.2.1.21.
2. Que seja garantido o pleno direito de participação da empresa impugnante.
3. Que seja enviada resposta formal à presente impugnação, conforme prevê a legislação.

Jurisprudência do TCU

O Tribunal de Contas da União possui entendimento consolidado:

TCU – Acórdão 1.214/2013 – Plenário

É vedada a exigência de documentação contábil de MEIs e MEs quando não obrigatória por lei, sob pena de restrição à competitividade.



F. A. BRAZ EMPREENDIMENTOS

TCU – Acórdão 3.140/2015 – Plenário

A Administração não pode exigir documentos não previstos em lei para MEs e MEIs.

TCU – Acórdão 2.802/2019 – Plenário

Francisco Alyson Braz Cardoso

Francisco Alyson Braz Cardoso
CNPJ: 14.873.424/0001-75
Insc. Est.: 19.496.326-8
Conj. Residencial Lagoa Azul, 3700
Qd. B, Cs. 4 - Matadouro, Teresina-Piauí
CEP: 64.003-860
alyson_braz@hotmail.com
Teresina-Piauí, 28/12/25



RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.013/2025 (SRP)

OBJETO: Contratação de empresa especializada para serviços de confecção chaves, cópias de chaves, manutenção e abertura de fechaduras e cofres, fornecimento e instalação de fechaduras, conforme demanda do Coren-PI (Relançamento do Pregão Eletrônico nº 90.011/2025 – 11/2025 devido o Grupo 01 resultar em fracassado e os grupos 02 a 08 em deserto).

IMPUGNANTE: Francisco Alyson Braz Cardoso 96588691300

CNPJ: 14.873.424/0001-75

I – PRELIMINARES

Trata-se de Impugnação interposto pelo licitante **FRANCISCO ALYSON BRAZ CARDOSO 96588691300**, CNPJ: **14.873.424/0001-75**, contra Edital do Pregão Eletrônico SRP 90013/2025, pelos fatos e fundamentos aduzidos em suas razões.

II – TEMPESTIVIDADE

A presente impugnação é tempestiva, uma vez que o Recorrente manifestou sua intenção em momento oportuno dentro através dos canais de comunicação divulgados, devendo interpô-lo até o dia 12 de dezembro de 2025 (sexta-feira), assim sendo feito e, portanto, recebido tempestivamente.

III - DAS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO

Trata-se de impugnação do edital do procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico SRP Nº 90.013/2025, que tem por objeto a Contratação de empresa especializada para serviços de confecção chaves, cópias de chaves, manutenção e abertura de fechaduras e cofres, fornecimento e instalação de fechaduras, conforme demanda do Coren-PI (Relançamento do Pregão Eletrônico nº 90.011/2025 – 11/2025 devido o Grupo 01 resultar em fracassado e os grupos 02 a 08 em deserto).



A impugnante alega que o Edital em seu item 11.2.1.21 exige indevidamente a apresentação do Balanço Patrimonial da empresa, como critério de qualificação econômico-financeira, conforme *e-mail* encaminhado tempestivamente no prazo estabelecido para o encaminhamento de esclarecimentos e impugnações:

“Venho, por meio deste, solicitar formalmente a impugnação do Edital nº 90.013/2025, em razão da identificação de exigências que contrariam a legislação vigente e restringem indevidamente a competitividade do certame.”

Em sua impugnação, a licitante defende que *“A solicitação de balanço patrimonial contraria frontalmente o que estabelece a Lei Complementar 123/2006, que regula o regime das microempresas e especialmente dos MEIs.*

Exigência viola o princípio da razoabilidade e da proporcionalidade Fundamentos constitucionais:

Art. 37, caput, da Constituição

A Administração deve agir conforme a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Violação identificada:

Exigir documento que a lei dispensa ao MEI é prática desarrazoada, desproporcional e ineficiente, ressalta que exigências contábeis desnecessárias restringem o caráter competitivo e ferem o art. 3º da Lei 8.666/93.

O art. 18-A, § 1º da LC 123/2006 determina:

"O MEI está dispensado de escrituração contábil e de demonstrações contábeis." Portanto, o MEI não possui balanço patrimonial, pois não é obrigado a possuir contabilidade formal.

A exigência constante do edital cria barreira ilegal e fere e viola o princípio da competitividade.

O item impugnado viola:

Art. 3º da Lei 8.666/93

As licitações devem garantir ampla competitividade, sendo nulos os atos que restrinjam caráter competitivo sem justificativa.

Art. 5º da Lei 14.133/2021



Define os princípios da licitação, entre eles:

Competitividade, razoabilidade, proporcionalidade e busca da proposta mais vantajosa.

Impor balanço patrimonial a MEI, não é razoável, não é proporcional, restringe a participação, impede competição saudável.

Art. 3º da Lei 8.666/93 ou art. 5º da Lei 14.133/2021 - princípio da competitividade;

Artigos 1º, 3º e 47 da LC 123/2006- tratamento favorecido às microempresas, EPP e MEI;

Art. 170, IX da Constituição Federal - incentivo às pequenas empresas.

Diversos tribunais e órgãos de controle (TCU, SEBRAE, AGU) já consolidaram o entendimento de que é vedado exigir de MEI qualquer documento que ele não é obrigado a possuir.”

IV. DA ANÁLISE

Em análise da manifestação feita pela empresa, verifica-se que a exigência de balanços patrimoniais se encontra no Art. 69 na nova lei de licitações, no art. 69, *in verbis*

Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e será restrita à apresentação da seguinte documentação:

I - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

A Lei nº 14.133/21 autoriza a exigência de balanço patrimonial dos 02 (dois) últimos exercícios financeiros da empresa. Note-se ainda que não é trazida pela Lei de Licitações sobre a possível não exigência desses documentos para o MEI - Microempreendedor individual, logo, cabe ao Edital específico da contratação esclarecer e decidir pela exigência de Balanço Patrimonial para fins de Habilitação Econômico-financeira.

A desobrigação quanto à apresentação contábil de MEI's é conhecida, mas não guarda relação com a exigência de balanços financeiros para fins de habilitação em certame licitatórios. Como embasamento, as decisões dos Tribunais de Contas, podem ser utilizadas de forma subsidiária e pormenorizam a exigência do Balanço Patrimonial para as empresas enquadradas como Microempreendedor Individual.



Coren^{PI}

Conselho Regional de Enfermagem do Piauí

Autarquia Federal – Lei 5.905/73

Esse entendimento já é consolidado desde o Acórdão 133/2022 do Tribunal de Contas (TCU), conforme se versa abaixo:

“Acórdão 133/2022-Plenário

Data da sessão: 26/01/2022

Relator: WALTON ALENCAR RODRIGUES

Área: Licitação

Tema: Qualificação econômico-financeira

ENUNCIADO

Para participação em licitação regida pela Lei 8.666/1993, ao microempreendedor individual (MEI) deve apresentar, quando exigido para fins de qualificação econômico-financeira, o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social (art. 31, inciso I, da Lei 8.666/1993), ainda que dispensado da elaboração do referido balanço pelo Código Civil (art. 1.179, § 2º, da Lei 10.406/2002).

(...)

Voto:

Quanto ao argumento da representante de que o edital, em sua cláusula 9.12.2, dispensaria indevidamente o microempreendedor individual (MEI) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício, não identifico prejuízo ao certame dado que as duas empresas que apresentaram propostas não são MEI, não havendo, portanto, nenhum impacto à licitação.

Contudo, mesmo que o MEI esteja dispensado da elaboração do balanço patrimonial para participação em licitação pública, quando exigido para fins de comprovação de sua boa situação financeira, este deverá apresentá-lo, bem como outras demonstrações contábeis, conforme previsto no art. 31, inciso I, da Lei 8666/1993.

Além disso, cabe mencionar o seguinte excerto do voto do Ministro Relator Augusto Nardes no Acórdão 8330/2017-TCU-Segunda Câmara:

"6. Acolho as ponderações da Secex/SP, no sentido de que não se justifica a aplicação, à espécie, das regras de simplificação e favorecimento aplicadas às microempresas e empresas de pequeno porte da Lei Complementar 123/2006, porquanto as prerrogativas de tratamento favorecido para comprovação de regularidade fiscal por parte dessas empresas não se estendem à qualificação econômico-financeira, muito menos no sentido de isentá-las dessa exigência."

Ademais, corrobora e atualiza juntamente com a Lei 14.333/2021 esse mesmo entendimento o Acórdão do TCU Nº 2586/2024.

[...]

19. A dispensa de escrituração contábil formal derivada do art. 970 e 1.179, do Código Civil e do art. 68 da Lei Complementar nº 123/2006 não se confunde com uma isenção a priori nas relações entre o licitante e a Administração, uma vez que o incentivo legal é dado com a finalidade de fomento das atividades econômicas, em geral, não sendo possível o salto lógico pretendido pelo recorrente para afirmar



Coren^{PI}

Conselho Regional de Enfermagem do Piauí

Autarquia Federal – Lei 5.905/73

uma inexigibilidade de documentos contábeis em licitações públicas em qualquer espécie, independentemente do tamanho do objeto licitado.

20. De outra forma, inexistente uma obrigação dos pequenos empresários em realizar escrituração contábil, pois a finalidade do benefício é o estímulo da atividade econômica formal e a redução de mecanismos burocráticos de controle desproporcionais. Contudo, se existe o interesse do pequeno empresário em participar de licitações, se faz necessária a demonstração da “boa situação financeira da empresa” (art. 31, I da Lei 8.666/93), com a comprovação de “capacidade financeira do licitante com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o contrato” (art. 31, § 1º, da Lei 8.666/93 e art. 69 da Lei 14.133/2021).

[...]

Deste modo, submete-se à consideração superior a presente análise do pedido de reexame interposto contra o Acórdão 133/2022-TCU-Plenário para dar provimento parcial ao recurso apresentado pela Advocacia-Geral da União, com a seguinte sugestão de redação do item 9.3 do decisum, dando ciência ao recorrente da decisão que vier a ser prolatada:

9.3 dar ciência à Advocacia-Geral da União (AGU) e ao Segundo Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo - CINDACTA II que:

9.3.1 para participação em licitação pública regida pela Lei 8666/1993, o MEI, mesmo que esteja dispensado da elaboração do balanço patrimonial, deverá apresentar, quando exigido para fins de comprovação de sua boa situação financeira, o referido balanço e as demonstrações contábeis do último exercício social, conforme previsto no art. 31, inciso I, da Lei de Licitações;

9.3.2 para participação em licitação pública regida pela Lei 10.520/2002 (Lei do Pregão), aplica-se a autorização de dispensa de documentos prevista no art. 32, § 1º, da Lei 8.666/93, quando a licitação esteja dentro dos limites financeiros estabelecidos para a modalidade de convite (art. 23, I, “a”, e II, “a”, da Lei 8.666/93) ou para fornecimento de bens para pronta entrega.

É o Relatório.

Como se pode verificar o edital não está restringindo a competitividade conforme mencionado pela Empresa em sua peça de impugnação. Ainda que a legislação brasileira tenha oferecido tratamento diferenciado para os microempreendedores, é necessário um conjunto de informações e documentos que demonstrem aptidão de um MEI como licitante apto no certame, e se o Edital que o rege traz de forma expressa tais requisitos, os participantes interessados devem cumprir os requisitos de habilitação.

Importante ressaltar que o exposto acima já foi esclarecido e respondido ao impugnante Francisco Alyson Braz Cardoso por meio de resposta ao recurso interposto pelo mesmo ao Pregão Eletrônico nº 90.011/2025, revelando-se tema já debatido e entendimento já esclarecido pelo Órgão e pela Pregoeira e sua equipe de apoio.



Coren^{PI}

Conselho Regional de Enfermagem do Piauí
Autarquia Federal – Lei 5.905/73

V. DA DECISÃO

Diante do exposto e com base na análise da Impugnação da Pessoa Jurídica Francisco Alyson Braz Cardoso 96588691300, a Pregoeira decide:

CONHECER a Impugnação, por ser tempestiva; mas

NEGAR-LHE PROVIMENTO e entender pela IMPROCEDÊNCIA da presente impugnação, de maneira a manter na integralidade as disposições do Edital de Pregão Eletrônico Nº 90013/2025 – SRP e seus anexos.

Teresina, 10 de dezembro de 2025.

**SUSANA DE
OLIVEIRA
SILVA:013608
19320**

Assinado digitalmente por SUSANA DE
OLIVEIRA SILVA:01360819320
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC
SOLUTI Multipla v5 G2, OU=
18799897000120, OU=Presencial, OU=
Certificado PF A3, CN=SUSANA DE
OLIVEIRA SILVA:01360819320
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025.12.10 09:34:55-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.1.0

Susana de Oliveira Silva
Pregoeira
Portaria nº 927/2024

**SARA
DANIELLY
ALMEIDA:02
226875336**

Assinado digitalmente por SARA DANIELLY
ALMEIDA:02226875336
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da
Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-
CPF A3, OU=AC ONLINE RFB v5, OU=AR
ONLINE SOLUCOES DIGITAIS, OU=
Videoconferencia, OU=11587975000184,
CN=SARA DANIELLY
ALMEIDA:02226875336
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2025.12.10 09:30:45-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.2.2

Sara Danielly Almeida
equipe de apoio
Portaria nº 756/2025